



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681262 - SP (2021/0225749-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MARCOS VINICIUS VIEIRA
ADVOGADO : MARCOS VINICIUS VIEIRA - SP189423
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE ROBERTO PORTE BAPTISTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HENRIQUE ROBERTO PORTE BAPTISTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos autos do agravo em execução n. 0003844-90.2021.8.26.0496.

Consta dos autos que o paciente passou a ter direito ao regime semiaberto em 22/3/2021, cujo exame criminológico fora favorável.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, que negou provimento ao recurso apresentado pela defesa, julgando em desacordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 93):

GRAVO EM EXECUÇÃO. Livramento condicional. Ausência de requisito subjetivo (CP, art. 83, parágrafo único). Agravante condenado por roubos circunstanciados (consumado e tentado) e tráfico ilícito de drogas. Necessidade de cumprimento de lapso temporal no intermediário para a correta aferição da possível assimilação da terapêutica penal e impossibilidade de reincidência. DESPROVIMENTO.

Alega, em síntese, que o cálculo da pena que fora homologado, indica como requisito temporal a data de 15/4/2021 para o livramento condicional e que a concessão deste benefício não está subordinado ao cumprimento em regime intermediário antes.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja concedido ao paciente o livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente